TL4172

A Sua Excelência D. Hélder Câmara

Queríamos também aproveitar a sua presença para lhe dar a conhecer a nossa situação de refugiados de Timor-Leste em Portugal.

QUEM SÃO

As primeiras pessoas que deixaram Timor-Leste fizeram-no antes da invasão do nosso país. Poucos saíram nesta altura, e vieram a Portugal para estudar ou trabalhar, pensando regressar a Timor mais tarde. Um segundo grupo saíu para fugir aos confrontos entre timorenses, passando por Atambua, Timor indonésio.

Quaisquer que tenham sido as suas opções políticas ou os grupos a que pertenciam, nenhum destes refugiados voltou para a sua terra ocupada.

Hoje, pelo contrário, todos os timorenses desejariam sair; *"até as pedras saíriam se pudessem"*, escreveu um padre que vive em Timor-Leste, mas não podem!

Alguns, poucos, conseguiram deixar Timor recorrendo à corrupção de funcionários indonésios; a maior parte, porém, desde 1979, veio ao abrigo dos acordos para a reunião de famílias através da Cruz Vermelha Internacional. Actualmente está a realizar-se um plano de saída de 54 ex-funcionários da administração portuguesa (cerca de 400 pessoas, contando as famílias), plano que necessitará de cerca de um ano para se cumprir.

ONDE ESTÃO

Presentemente há em Portugal mais de 1.000 timorenses.

- Os que pertenciam ao primeiro grupo chegado antes do Verão de 1975 têm, em geral, a sua situação imediata resolvida: estudaram e conseguiram trabalho. Vivem todavia longe da sua terra.
- Os que chegaram em meados 1976 foram alojados provisóriamente neste campo do Vale do Jamor. A maioria seguiu para a Austrália, onde encontrou melhores condições de vida; outros foram realojados em Alfragide ou Odivelas. Dez anos passados 32 famílias (cerca de 200 pessoas) mantêm-se nas casas pré-fabricadas (19 famílias), ou em barracas (13 famílias). O provisório parece ter-se tornado definitivo!

- Os que vieram a partir de 1979 estão dispersos em muitos lugares:

85 em Rio de Mouro
40 em Massamá
30 em Queluz
90 em Alfragide
15 em Carnaxide
15 no Forte da Casa
12 em Odivelas
20 no Saldanha
13 em Oeiras
87 em Setúbal
20 no Cais do Sodré
22 em Arroios
22 em Carcavelos
40 em Colares

outros na Amadora, na Parede, em Cascais....

COMO VIVEM Nos primeiros meses os refugiados recebem apoios da Segurança Social de Lisboa, através do Núcleo de Apoio aos Timorenses, mas estas ajudas são claramente insu - ficientes, sobretudo tendo em conta a composição das famílias, em geral numerosas.

Os ex-funcionários, depois de re-integrados no quadro da Função Pública, dei - xam de receber o subsídio e são aconselhados a transferir-se para casas de tipo social. Os que não são funcionários continuam nas pensões mas vêem os seus subsí- dios reduzidos com o tempo.

QUE QUEREM Embora os subsídios sejam desde o início insuficientes, o mais grave parece - -nos a falta de planos para a nossa inserção na sociedade portuguesa.

A dispersão já referida dificulta o lançamento de planos globais que favoreçam essa inserção, tornando, ao mesmo tempo, mais distante a ajuda recíproca que pode- ríamos prestar uns aos outros.

Nem todos falamos português, e isso - mesmo possuindo qualificação profissio - nal - pode tornar impossível o emprego. Este aspecto agrava-se com os recém-chega dos e, particularmente, com os seus filhos que seguiram o ensino ministrado na língua do invasor indonésio. É indispensável proporcionar uma reciclagem aos adul tos e preparar o acesso das crianças ao ensino português.

Todos os pais se esforçam por enviar os filhos à escola mas as dificuldades fa miliares , falta de livros, de espaço e até uma alimentação muitas vezes insufici

ente, prejudicam os resultados. Muitos jovens dos 15 aos 25 anos deixaram de estudar por falta de meios económicos dos pais e devem sujeitar-se a pequenos trabalhos e contratos para ajudar a família.

A imprensa e as autoridades falam habitualmente de "RE-patriamento" quando chegamos. Na aflição em que a nossa terra, e cada um de nós, se encontrava agradecemos a Portugal o asilo que nos oferece porque temos a nacionalidade portuguesa; a realidade todavia é que a nossa permanência aqui é sentida como transitória.

O que lhe pedimos, D. Hélder, e a todos os que nos ouvem, é

- que se esforcem para nos facilitar as condições elementares para levarmos aqui uma vida digna;
- que utilizem todos os meios para alcançar uma solução política justa ao nível internacional, que nos permita voltar um dia para a nossa terra.

Vale do Jamor, 18 de Abril de 1986.